

## RESUMO

O Sistema Financeiro Nacional Brasileiro teve um processo peculiar de desenvolvimento, motivado tanto pelas características históricas, políticas, e econômicas do país, quanto pelas mudanças operadas no mercado financeiro mundial, principalmente em razão do acentuado processo de globalização financeira a partir da década de 1980.

O exercício da atividade financeira por particulares, por sua vez, em decorrência de sua natureza especial e por suas próprias características, sempre sofreu uma grande carga de influência do Estado. Essa influência tem ocorrido, na atividade financeira, de forma diferente do que se vê em relação às demais atividades econômicas.

A dissertação ora apresentada procura examinar as peculiaridades da atividade financeira buscando precisar em que aspectos ela difere das demais espécies de atividade econômica. Procura-se, também, enquadrar essa atividade e o Direito que a estuda no sistema jurídico brasileiro.

Para tanto, estudou-se a evolução constitucional e infraconstitucional da legislação aplicável ao exercício dessa atividade, com o detalhamento de seu regramento jurídico atual.

Por fim, procurou-se estabelecer como a atuação estatal relativamente à atividade financeira pode ser sistematizada de modo a permitir que se tenha uma visão geral de todas as formas de ação do Estado no campo da atividade econômica e que se possa verificar se a atual forma de atuação do Estado em relação à atividade financeira é compatível com o sistema legal vigente.

O trabalho procurou, mais, dar, à luz das modernas teorias da regulação econômica, uma visão da atuação estatal em relação ao exercício da atividade financeira, tentando dissociar essa atuação das formas tradicionais de abordagem da atuação estatal sob a ótica das figuras do poder de polícia e do serviço público.

A conclusão a que se chegou é a de que o Sistema Financeiro Nacional atualmente estruturado se divorcia daquele constitucionalmente previsto, fato que ocorre em razão das vicissitudes de seu processo evolutivo e que aconselha, senão a revisão de sua estrutura, ao menos a ampla discussão das alternativas que se possam oferecer ao sistema atual.